

## **Projeto de Lei nº 002 de 19 de março de 2018.**

### **ALTERA A LEI Nº 401/2009 de 18 de dezembro de 2009.**

Dispõe sobre a regulamentação e critérios para concessão dos Benefícios Eventuais de Assistência Social em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária, emergenciais e de calamidade pública.

O Prefeito Municipal de Glória, Bahia, no uso das atribuições legais, submete à apreciação e votação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei, com fulcro nos artigos 23, II, 30, I e II, 203 e 204, I, da Constituição Federal, artigo. 26 da Lei complementar Federal 101 de maio de 2000, artigo 15, I e II, e artigo 22 da Lei Federal n.º 8.742 de 07/12/1993- consolidada pela Lei 12, 435/2011, e a Resolução n.º 212 de 19/10/06 e o Decreto nº 6,307, de 14 de dezembro de 2007, regulamenta a concessão, pela administração pública dos Benefícios Eventuais de Assistência Social.

**Art.2º** Benefício Eventual é modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias de Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

**Parágrafo único.**Na comprovação das necessidades para concessão do Benefício Eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

**Art. 3º** O Benefício Eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência pode provocar riscos e fragilizar a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

#### **Do Valor dos Benefícios Eventuais**

**Art. 4º** A concessão dos benefícios de que se trata este artigo será definido pelo Município e previsto na respectiva Lei Orçamentaria anual, com base em critérios e prazos definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (nova) redação dada pela lei nº 12.435, de 2011 á Lei 8742 de 7/12/1993.

#### **Da Concessão do Benefício Eventual**

**Art. 5º** A concessão do Benefício Eventual pode ser requerida por qualquer cidadão ou família nos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, mediante atendimento de algum dos critérios abaixo:

**I** – Estando de acordo com os arts. 2º e 3º desta Lei;

**II** – Ter cadastro no CADUNICO

**III**-Mediante preenchimento do formulário elaborado pela (o) Assistente Social ou Psicólogo (a) – técnicos da equipe de referência do CRAS - responsáveis pelo atendimento dos Benefícios Socioassistenciais;

**IV** – Após realização de visita domiciliar pela (o) Assistente Social ou Psicólogo (a) ( técnicos da equipe de referência do CRAS) responsáveis pelo acompanhamento dos Benefícios Socioassistenciais no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS para verificação da situação de vulnerabilidade do cidadão ou de sua família;

**V** – Após autorização do (a) Assistente Social ou Psicólogo (a) técnicos da equipe de referência do CRAS responsáveis pelo acompanhamento dos Benefícios Socioassistenciais.

## **CAPÍTULO III**

### **SESSÃO I**

#### **DO BENEFÍCIO FUNERAL**

**Art. 6º** O Benefício Eventual Funeral constitui-se em prestação temporária, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

**Art.7º** O alcance do Benefício Funeral, preferencialmente, será distinto em modalidades que garantam a dignidade e o respeito às famílias beneficiárias, tais como:

**I** – Custeio das despesas de urna funerária.

**II** – Custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

**Art. 8º** O Benefício Funeral ocorrerá na forma de prestação de serviços.

**§ 1º** Os serviços devem cobrir o custeio de despesas de urna funerária e transporte funerário,

**§ 2º** O Benefício requerido em caso de morte deve ser providenciado imediatamente, em serviços, recebendo pronto atendimento, em unidade de plantão 24 horas.

**§ 3º** O município deve garantir a existência de unidade de atendimento com plantão 24 horas para o requerimento e concessão de Benefício Funeral, podendo este ser prestado diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente, em parceria com outros órgãos ou instituições.

**§ 4º** O benefício funeral será devido à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

**§ 5º** O Benefício Funeral poderá ser concedido diretamente a um integrante da família beneficiária: genitora, genitor, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

## **SESSÃO II**

### **DO BENEFÍCIO NATALIDADE**

**Art. 9º** O benefício Eventual Natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de um membro da família.

**Art. 10º** O alcance de Benefício Natalidade, a ser estabelecido por legislação municipal é destinado à família e terá, preferencialmente, entre suas condições:

**I** – Atenções necessárias ao nascituro;

**II** – Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

**III** – Apoio à família no caso de morte da mãe;

**IV** – Apoio à mãe vítima de sequelas de pós-parto;

**V** – O que mais a administração municipal considerar pertinente.

**Art. 11º** O benefício natalidade pode ocorrer na forma de bens de consumo tais como:

**§ 1º** Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido incluindo itens de vestuário, e utensílios de higiene pessoal, observando-se a quantidade e a qualidade que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

**§ 2º** O Benefício Natalidade deve ser concedido até 30 (trinta) dias após o requerimento.

**§ 3º** O Benefício Natalidade será devido à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

**§ 4º** O Benefício Natalidade poderá ser concedido diretamente a um dos integrantes da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

### **SESSÃO III**

#### **DO BENEFÍCIO VIAGEM**

**Art. 12** O Benefício Eventual Viagem constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em passagem, na forma a garantir, ao cidadão e as famílias condições dignas de retorno à cidade de origem ou visitas aos parentes em situações de doenças ou morte em outras cidades e Estados.

**Art. 13** O alcance do Benefício Viagem a ser estabelecido por legislação municipal, é destinado às famílias e terá, preferencialmente, as seguintes condições:

**I** – Visita a ascendentes ou descendentes ou afins, nos casos de doença ou falecimento, que residam em outras cidades e estados;

**II** – Visita anual – ou de acordo com a necessidade verificada pela assistente social ou psicólogo do CRAS - a ascendentes ou descendentes em outras cidades e estados;

**III** – Necessidade de acompanhar crianças, idosos, e pessoas com deficiência;

**IV** – Em caso de migrantes, visando o retorno à sua cidade de origem;

**V**- Visita a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou membros da família em cumprimento de sentença,

**VI** – Para os egressos do sistema prisional, que necessitem de deslocamento intermunicipal ou interestadual, após cessação do cumprimento de medida privativa (restrita) de liberdade/direito ( ou medida de segurança);

**VII** – O que mais a administração municipal considerar pertinente, conforme parecer da assistente social.

**1§** Quando se tratar de migrante acompanhado ou não de sua família, serão dadas condições dignas de retorno à cidade de origem, deslocamento, em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social de origem, a fim de garantir as condições de permanência da família através do acompanhamento qualificado.

**Art. 14.** O Benefício Viagem consiste na inclusão de despesas com passagens, para deslocamento de indivíduos ou membros da família, garantindo a dignidade e respeito ao indivíduo e à família beneficiária.

## **SESSÃO IV**

### **DO BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO**

**Art. 15.** O Benefício Eventual Alimentação constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em alimentos, para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas através da aquisição de alimentos com qualidade e quantidade, de forma a garantir uma alimentação saudável e segura às famílias beneficiárias.

**Art. 16.** O alcance do Benefício Alimentação a ser estabelecido por legislação municipal, é destinado às famílias beneficiárias e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

**I** – Desemprego, morte e/ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;

**II** – Nos casos de emergência e calamidade pública;

**III** – Grupos vulneráveis e comunidades tradicionais.

Parágrafo único - O Benefício Alimentação deve considerar o número de integrante(s) das famílias, assim como suas necessidades primando pela qualidade dos alimentos.

**Art. 17.** O requerimento do Benefício Alimentação deve ser fornecido, após um dia da solicitação pela família beneficiária.

## **SESSÃO V**

### **DO BENEFÍCIO DOCUMENTAÇÃO**

**Art. 19.** O Benefício Eventual Documentação constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social garantindo aos cidadãos e às

famílias, a obtenção dos documentos daqueles que necessitam e que não dispõem de condições para adquiri-lo.

**Art. 20.** O alcance do Benefício Documentação é destinado aos cidadãos e às famílias e será, preferencialmente, para adquirir os seguintes documentos:

**I** – Certidão de Nascimento;

**II** – Carteira de Identidade;

**III** – Cadastro de Pessoa Física - CPF;

**IV** – Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

**Parágrafo único** – A concessão de que trata este artigo compreende o fornecimento de fotografias e para o deslocamento do beneficiário.

## **SESSÃO VI**

### **DO BENEFÍCIO MORADIA**

**Art. 22.** O Benefício Eventual Moradia constitui-se em uma ação da assistência social em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município e outras entidades, na concessão de moradia às famílias de baixa renda que tenham sofrido:

**I** - Riscos: ameaça de sérios padecimentos

**II** - Perdas: privação de bens e de segurança material; e

**III**- Danos: agravos sociais e ofensa.

**Parágrafo único** – Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- Da falta de domicílio;

II- Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III- Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV- De desastres e de calamidade pública; e,

V- De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS CALAMIDADES PÚBLICAS**

**Art. 23.** Entendem-se como ações assistenciais em caráter de emergência, aquelas provenientes de calamidade pública provocadas por eventos naturais e/ou epidemias.

**Art. 24.** Enquadra-se como medida emergencial a concessão dos seguintes Benefícios Eventuais:

**I** – Abrigos adequados;

**II** – Alimentos;

**III** – Cobertores, colchões e vestuários;

**IV** – Filtros.

**Art. 25.** No caso de calamidade - situação de caráter emergencial - deve ser realizada uma ação conjunta das políticas setoriais municipais no atendimento aos cidadãos e às famílias beneficiárias.

**Art. 26.** As provisões relativas a programas, projetos, serviços e Benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Assistência Social.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 27. Compete ao Município as seguintes diretrizes:**

**§ 1º Através da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

**I** – Estimar a quantidade de Benefícios a serem concedidos durante cada exercício financeiro;

**II** – A coordenação geral, o acompanhamento e a avaliação da prestação dos Benefícios Eventuais, bem como o seu financiamento;

**III** – A realização de estudos da realidade e o monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão junto aos CRAS;

**IV** – Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos Benefícios Eventuais junto aos CRAS;

**Prefeitura Municipal de Glória**

Rua Presidente Geisel nº 48, centro | Glória – BA  
[www.gloria.ba.gov.br](http://www.gloria.ba.gov.br) | [gabinete@gloria.ba.gov.br](mailto:gabinete@gloria.ba.gov.br)

**§ 2º** Através do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS:

**I** – Realizar a operacionalização dos Benefícios Eventuais, organizando uma Estrutura de Benefícios com a equipe técnica de referência do CRAS: Assistente Social (a) e/ou Psicólogo (a) para o atendimento, o acompanhamento, a concessão e a orientação dos Benefícios Eventuais;

**II** – A realização de estudos da realidade e o monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão;

**III** – manter um arquivo no CRAS para registro dos requerimentos já efetuados com o fim de evitar concessões indevidas e para a aferição das necessidades da população;

**IV** – Articular com a rede de proteção social básica e especial, entidades não governamentais e as políticas setoriais ações que possibilitem o exercício da cidadania das famílias, seus membros, indivíduos e cidadãos que necessitam dos Benefícios Eventuais, através da inserção social em programas, projetos e serviços que potencializem suas habilidades em atividades de geração de renda;

**V** - Elaborar o Plano de Inserção para o acompanhamento das famílias beneficiárias com o Benefício Eventual, demonstrando as ações e estratégias planejadas que propiciem sua autonomia e emancipação.

**Art. 28.** Compete ao **CMAS** - Conselho Municipal de Assistência Social deliberar acerca das seguintes ações:

**I** – Informar sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos Benefícios Eventuais;

**II** – A cada ano, avaliar e reformular - se necessário - a regulamentação de concessão e o valor dos Benefícios Eventuais;

**III** – analisar e deliberar para aprovação da Lei municipal que regulamenta os Benefícios Eventuais;

**IV** – Definir o percentual (%) a ser colocado no orçamento municipal a cada exercício financeiro para os Benefícios Eventuais;

**V** – Analisar e aprovar os instrumentos utilizados para concessão e cadastramento dos beneficiários;

**VII** – Promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos Benefícios eventuais assim como os critérios para sua concessão.



## CAPÍTULO VI

### DO COFINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 29. O Município de Glória deverá envidar esforços para ajustar com o Estado da Bahia, estratégias de co-financiamento dos Benefícios Eventuais, a partir:

I – Da identificação dos Benefícios implementados no Município de Glória, verificando se o mesmo está em conformidade com as regulamentações específicas;

II – Do levantamento das situações de vulnerabilidades e riscos sociais do Município de Glória, índice de mortalidade e de natalidade;

III – Da discussão junto a Comissão Intergestora Bipartite -CIB e ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS sobre o co-financiamento dos Benefícios eventuais para o Município de Glória .

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA

Em 19 de março de 2018



**David de Souza Cavalcanti**  
Prefeito Municipal